Notícias do dia 19 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Pronta entrega - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

A Secretária da Economia, Cristiane Schmidt, entregou ao TCE a prestação de contas anual do Governo. nela estão incluídos o balanço geral do Estado e os relatórios do controle de 2020.

Site: http://flip.ohoje.com/public/impresso/5273/5273.pdf

Governo entrega prestação de contas de 2020 ao TCE

A Secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o Contador- Geral do Estado, Ricardo Borges de Rezende, o Controlador-Geral, Henrique Ziller, o Secretário Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo e o Chefe de Gabinete Danillo Caetano entregaram na manhã da última sexta-feira (16/04), a Prestação de Contas Anual do Governo de **Goiás**, que inclui o Balanço Geral do Estado (BGE) e os Relatórios do Controle Interno da **CGE**, do Exercício de 2020, ao Presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**), **Conselheiro Edson Ferrari** e ao **Conselheiro Sebastião Tejota**, relator das contas de 2020. A solenidade de entrega foi presencial, com restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Fizemos o dever de casa, dialogamos todo o ano com o **TCE**, realizamos uma gestão ética, transparente e eficiente. Prova disso são os mínimos constitucionais para saúde, educação, que não só os cumprimos como aplicamos acima do limite. O Estado aplicou 12,71% e se encontra acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,11%)", explica Schmidt.

Outro destaque apontado pela secretaria da Economia foram os RAPs (Restos a Pagar). "Com relação aos RAPs, desconsiderando a suspensão da dívida pública, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior; e 45%, comparado a 2019", completa.

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a Prestação de Contas.

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Legislativo julgar as contas em definitivo.

Site: https://defesa.com.br/governo-entrega-prestacao-de-contas-de-2020-ao-tce/

Governo de Goiás entrega prestação de contas de 2020 ao TCE

Hosana Alves

A Secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o Contador- Geral do Estado, Ricardo Borges de Rezende, o Controlador-Geral, Henrique Ziller, o Secretário Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo e o Chefe de Gabinete Danillo Caetano entregaram na manhã da última esta sexta-feira (16/04), a Prestação de Contas Anual do Governo de **Goiás**, que inclui o Balanço Geral do Estado (BGE) e os Relatórios do Controle Interno da **CGE**, do Exercício de 2020, ao Presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**), **Conselheiro Edson Ferrari** e ao **Conselheiro Sebastião Tejota**, relator das contas de 2020. A solenidade de entrega foi presencial, com restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Fizemos o dever de casa, dialogamos todo o ano com o **TCE**, realizamos uma gestão ética, transparente e eficiente. Prova disso são os mínimos constitucionais para saúde, educação, que não só os cumprimos como aplicamos acima do limite. O Estado aplicou 12,71% e se encontra acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,11%)", explica Schmidt.

Outro destaque apontado pela secretaria da Economia foram os RAPs (Restos a Pagar). "Com relação aos RAPs, desconsiderando a suspensão da dívida pública, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior; e 45%, comparado a 2019", completa.

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a Prestação de Contas.

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Legislativo julgar as contas em definitivo.

Site: https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/7009-governo-de-goias-entrega-prestacao-de-contas-de-2020-ao-tce

Lei que 'troca' 55 cargos efetivos por 22 comissionados no TCE é sancionada

O Poder Executivo sancionou a lei, aprovada na Assembleia Legislativa , que transforma 55 cargos efetivos em 24 comissionados no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), através da alteração da lei estadual nº 15.122/2005. Assim, 40 cargos técnicos de nível médio e 15 de Analista de Controle Externo serão trocados pelo volume mencionado de funções em comissão .

Segundo os cálculos do próprio **TCE**, os novos cargos custariam R$ 2,85 milhões por ano. Enquanto os cargos a serem extintos somam R$ 6,70 milhões anuais. Os cargos efetivos, no entanto, não representam gastos, já que estão vagos.

Em justificativa encaminhada à Assembleia Legislativa , o presidente do **TCE**-GO, Edson José Ferrari, afirma que a nova lei tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Assim, o órgão extingue seis funções e gratificações de Conselho Diretor de Auditoria. Mas cria gratificação de 20% para o mandato de presidente do **TCE** e 12,5% pelos exercícios de vice-presidente, corregedor-geral, ouvidor, diretor-geral da escola superior de controle externo e de presidente de câmaras. O projeto prevê ainda a criação de gratificação de 20% para o exercício de procurador-geral.

A lei é semelhante ao enviado pelo Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) e aprovado em fevereiro, que transformou 105 cargos efetivos em 100 comissionados.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/lei-que-troca-55-cargos-efetivos-por-22-comissionados-no-tce-e-sancionada/

Processos judiciais envolvendo padre Robson se cruzam no STJ

Venceslau Pimentel

Dois processos que envolvem o padre Robson de Oliveira, a partir de suposto esquema de compra de sentença, se cruzam no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A sexta turma aguarda o relatório final para julgar mérito do habeas corpus que suspendeu a ação penal contra o religioso, que responde por crime de apropriação indébita e lavagem de dinheiro supostamente praticados por organização criminosa que teria desviado recursos doados por fiéis à Associação Filhos do Pai Eterno. A outra ação diz respeito à suspeita de envolvimento de magistrados do Tribunal de Justiça de **Goiás**, em que o ex-reitor do Santuário Basílica de Trindade teria pago R$ 1,5 milhão por decisão favorável em processo de compra de fazenda em nome da Afipe.

Correlação

Esse processo tem como relator o ministro Campbell Marques, que decretou sigilo. De outra parte, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal apuram denúncia de ligação entre o caso em **Goiás** e a Operação Faroeste, que investiga venda de sentenças no TJ da Bahia.

Corda bamba

Prefeito de Gameleira, Wilson Tavares (DEM) vai insistir na mudança da diretoria da Associação Goiana dos Municípios, comandada pelo ex-prefeito de Hidrolândia, Paulo Sergio Rezende, que foi à Justiça para barrar Assembleia que visava destituí-lo do cargo. Reunião acontece dia 29.

Pronta entrega

A Secretária da Economia, Cristiane Schmidt, entregou ao **TCE** a prestação de contas anual do Governo. Nela estão incluídos o balanço geral do Estado e os relatórios do controle de 2020.

Para 2022

Depois de declarar que 2021 é um ano político, mas não eleitoral, e que a preocupação é com a pandemia, o presidente do diretório do PSD, Vilmar Rocha, teve reunião com o deputado federal Francisco Jr e o presidente do partido em **Goiânia**, Simeyzon Silveira. Foco: eleições de 2022.

Cizânia no MDB

Os seis vereadores do MDB, na Câmara de **Goiânia**, se juntam ao deputado Paulo Cezar Martins para discutir os rumos do partido, a partir da decisão do presidente Daniel Vilela de romper com o Paço Municipal. O grupo se mobiliza para uma reunião do diretório.

Deu recado

Ronaldo Caiado se fez ouvir durante reunião virtual dos governadores com representantes da ONU, que discutiu socorro ao Brasil de vacinas contra a Covid-19. O atraso na vacinação se deve ao fato de que apenas Rússia, Índia, China e EUA produzem o insumo do imunizante.

Entorno do DF

O secretário de Governo Ernesto Roller intensifica ações nos municípios do Entorno de Brasília. Uma das visitas foi ao prefeito de Luziânia, Diego Sorgatto (DEM), que aproveitou o encontro para apresentar

demandas da cidade e discutir cenário político da região..

Sintonia

Aliado de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Vitor Hugo (PSL-GO) diz que é questão de justiça e bom senso a CPI da Covid abarcar estados e municípios, além do governo federal na pandemia.

CURTAS

Derrota por Roberto Naves (PP) na disputa pela prefeitura de Anápolis, o deputado Antônio Gomide (PT) já articula o seu projeto de reeleição, animado com a possibilidade de Lula disputar a presidência em 2022.

Inconformado com a decisão do STF, de manter fechados igrejas e templos religiosos, o senador evangélico Luiz do Carmo (MDB) agora defende o impeachment de ministros do Supremo.

Site: http://www.ohoje.com/noticia/xadrez/n/188042/t/processos-judiciais-envolvendo-padre-robson-se-cruzam-no-stj

Governo entrega prestação de contas de 2020 ao TCE

A Secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o Contador- Geral do Estado, Ricardo Borges de Rezende, o Controlador-Geral, Henrique Ziller, o Secretário Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo e o Chefe de Gabinete Danillo Caetano entregaram na manhã da última sexta-feira (16/04), a Prestação de Contas Anual do Governo de **Goiás**, que inclui o Balanço Geral do Estado (BGE) e os Relatórios do Controle Interno da **CGE**, do Exercício de 2020, ao Presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**), **Conselheiro Edson Ferrari** e ao **Conselheiro Sebastião Tejota**, relator das contas de 2020. A solenidade de entrega foi presencial, com restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Fizemos o dever de casa, dialogamos todo o ano com o **TCE**, realizamos uma gestão ética, transparente e eficiente. Prova disso são os mínimos constitucionais para saúde, educação, que não só os cumprimos como aplicamos acima do limite. O Estado aplicou 12,71% e se encontra acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,11%)", explica Schmidt.

Outro destaque apontado pela secretaria da Economia foram os RAPs (Restos a Pagar). "Com relação aos RAPs, desconsiderando a suspensão da dívida pública, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior; e 45%, comparado a 2019", completa.

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a Prestação de Contas.

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Legislativo julgar as contas em definitivo.

FONTE:PORTAL-**GOIÁS**

Site: http://www.claudemirbrito.com.br/noticia-16638-governo-entrega-presta-o-de-contas-de-2020-ao-tce

Os avanços de Goiás em meio à pandemia

Diante da grave crise sanitária que assola o mundo, gestores estaduais e municipais de todo o Brasil se desdobram entre as medidas para conter a propagação do vírus e outras para responder às demandas de suas populações. Ainda que sob as limitações da pandemia, as pessoas tocam a vida num exercício de esperança de que tudo vai passar e a vida vai voltar ao normal.

Todos sentem os efeitos de uma inevitável retração econômica, cujas consequências afetam diretamente a arrecadação dos entes subnacionais e limitam a capacidade de investimentos de estados e municípios. Principalmente, em áreas não afetas à saúde pública, que têm, obviamente, concentrado um maior volume de recursos, em virtude da necessidade de medidas para conter a pandemia.

Em Goiás, não obstante toda dificuldade vivida no último ano, o governador Ronaldo Caiado tem conseguido extraordinários resultados em matéria de gestão fiscal. Prova disso é que, pelo segundo ano consecutivo, fechou a execução orçamentária com superávit, o que implica dizer que gastou menos do que arrecadou. Um bom sinal para um Estado que vem de uma situação de calamidade financeira, causada pelo profundo desequilíbrio das contas públicas herdado da gestão anterior, encerrada em 2018.

Ao assumir, em janeiro de 2019, Caiado encontrou um erário comprometido por um rombo de quase R$ 7 bilhões e uma folha e meia de pagamento dos servidores em aberto. O histórico da execução orçamentária estadual apontava que, desde 2012, Goiás não conseguia um resultado orçamentário positivo; ao contrário, bateu sucessivos recordes negativos na execução do orçamento, chegando a 2018 com incríveis R$ 3,6 bilhões de despesas empenhadas além da sua receita.

Essa série histórica foi quebrada logo no primeiro ano do democrata. Em 2019, Goiás fechou o exercício com superávit orçamentário de R$ 523 milhões. Em 2020, a boa execução do orçamento permitiu que o Estado alcançasse novo superávit, dessa vez de R$ 551 milhões.

O déficit orçamentário, segundo ensinam os técnicos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, implica a inscrição de despesas do exercício em Restos a Pagar e aumenta o endividamento do Estado. E, caso não tenha disponibilidade de caixa, compromete a execução orçamentária do exercício subsequente, assim como as Despesas de Exercícios Anteriores.

Como conta de resultado, o superávit orçamentário implica diminuição do endividamento de curto prazo e ajuda no equilíbrio da relação receita versus despesas, permitindo maior clareza na alocação de recursos e, obviamente, na capacidade de investimentos.

Além dos alvissareiros resultados fiscais alcançados em 2020, o Governo de Ronaldo Caiado consegue avançar em pautas sociais, como no caso da entrega de moradias populares, do programa Universitário do Bem e, ainda, de obras de infraestrutura rodoviária. Nos últimos dias, Caiado entregou 53 moradias no Residencial João Paulo II, na região Norte de Goiânia, e anunciou a construção de 50 outras moradias no município de Paraúna. Apenas nesse programa, serão investidos R$ 3,4 milhões do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás).

Ainda em Paraúna, Ronaldo Caiado vistoriou obras de recuperação de 28 quilômetros da GO-164, entre aquele município e Acreúna. O investimento nesse empreendimento será de R$ 8,57 milhões e os primeiros 14 quilômetros do trecho, que estava há mais de 10 anos sem nenhuma conservação, já estão concluídos.

Na região Sudeste do Estado, o Governo de Goiás trabalha na revitalização de duas rodovias importantes, a GO-213, entre os trevos de Caldas Novas, Rio Quente e Morrinhos, e a GO-507, desde o entroncamento da via com a GO-213 e o município de Rio Quente. Os investimentos nessas obras viárias são de R$ 13,2 milhões.

Como se vê, mesmo diante da mais grave crise sanitária dos últimos 103 anos, o Governo de Goiás responde com eficiência às demandas da população, ao mesmo tempo que zela pela boa gestão fiscal do Estado,

caminhando a passos firmes para o reequilíbrio das contas públicas. As efetivas ações de enfrentamento à Covid-19 estão sendo conduzidas paralelamente às medidas que vão permitir que Goiás retome muito rapidamente a rota do desenvolvimento, tão logo a pandemia seja contida.

Site: https://diariodegoias.com.br/os-avancos-de-goias-em-meio-a-pandemia/

Governo entrega prestação de contas de 2020 ao TCE

A Secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o Contador- Geral do Estado, Ricardo Borges de Rezende, o Controlador-Geral, Henrique Ziller, o Secretário Adjunto da Economia, Francisco Sérvulo e o Chefe de Gabinete Danillo Caetano entregaram na manhã da última sexta-feira (16/04), a Prestação de Contas Anual do Governo de **Goiás**, que inclui o Balanço Geral do Estado (BGE) e os Relatórios do Controle Interno da **CGE**, do Exercício de 2020, ao Presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**), **Conselheiro Edson Ferrari** e ao **Conselheiro Sebastião Tejota**, relator das contas de 2020. A solenidade de entrega foi presencial, com restrições do período de pandemia do coronavírus.

"Fizemos o dever de casa, dialogamos todo o ano com o **TCE**, realizamos uma gestão ética, transparente e eficiente. Prova disso são os mínimos constitucionais para saúde, educação, que não só os cumprimos como aplicamos acima do limite. O Estado aplicou 12,71% e se encontra acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,11%)", explica Schmidt.

Outro destaque apontado pela secretaria da Economia foram os RAPs (Restos a Pagar). "Com relação aos RAPs, desconsiderando a suspensão da dívida pública, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior; e 45%, comparado a 2019", completa.

A entrega do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal, e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal de todos os Poderes e órgãos e da administração direta e indireta do Executivo. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a Prestação de Contas.

A partir da entrega ao **TCE**, os conselheiros têm 60 dias para analisar e encaminhar seu parecer prévio à Assembleia Legislativa. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Legislativo julgar as contas em definitivo.

Site: http://www.goias.gov.br/servico/43-economia/124797-governo-entrega-prestação-de-contas-de-2020-ao-tce.html

Ipasgo poderá optar por terceirização temporária durante a crise sanitária e econômica.

Em lugar de concurso público para nomeação de auditores de serviços de saúde o Ipasgo, diante dos efeitos danosos da crise sanitária sobre as finanças do Estado de **Goiás**, poderá terceirizar temporariamente os referidos serviços. É o que estabelece decisão do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) na sessão plenária desta quinta-feira (15/abr). Relatado pelo **conselheiro Celmar Rech**, o acórdão exige que, em tal hipótese, seja por meio de licitação ou de processo emergencial simplificado de contratação de profissionais, o gestor daquela autarquia deverá basear-se "em demonstração fidedigna, detalhada e justificada acerca da medida menos gravosa para a Administração Pública."

Simultaneamente, o Ipasgo ainda terá de realizar estudos das projeções de quantitativo de auditores necessários, de modo a que, uma vez superado o grave cenário financeiro e fiscal do estado, seja imediatamente realizado o concurso público para provimento dos cargos que compõem o seu plano de cargos e salários.

O processo se originou quando em 2019, quando o Ipasgo abriu concorrência para contratar empresa especializada em serviços de apoio operacional à autogestão da autarquia. Ao examinar o edital, o Serviço de Análise Prévia de Editais e Licitações do **TCE**-GO apontou irregularidades e representou pela suspensão liminar da concorrência. Na ocasião o Ipasgo optou por suspender o certame.

Em 2020 é publicado novo edital com algumas adequações, mas com repetição de várias das irregularidades, o que resultou em medida cautelar do Tribunal suspendendo o procedimento para evitar danos ao erário. Mais uma vez o gestor do Ipasgo, após justificativas, cancelou o segundo edital.

Em um detalhado voto, o **conselheiro Celmar Rech** abordou a incongruência da impossibilidade de terceirização da auditoria dos serviços da área de saúde, por se tratar de atividade prevista no plano de cargos e salários da autarquia, e por isso necessariamente provida por meio de concurso público, "quando a fundamental atividade do Ipasgo, ou seja, a própria operação de assistência à saúde dos servidores é realizada integralmente por terceiros (clínicas, hospitais, laboratórios, profissionais liberais etc.)".

Citou caso julgado no Tribunal Superior do Trabalho e que desaguou em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, onde firmou-se a tese de que, no âmbito das relações privadas, é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada.

Neste sentido reforçou que umas das razões do problema está na potencial inadequação da natureza jurídica do órgão enquanto Autarquia, uma vez que suas receitas e gastos, de fato, guardam relação apenas com seus beneficiários, sendo a vinculação com o erário apenas uma formalidade já criticada pelas unidades técnicas da Corte nos processos de Contas de Governo.

Por fim, entendeu que, inobstante a existência dos cargos nos quadros da autarquia exigir o concurso e prejudicar a contratação de execução indireta das atividades, o arcabouço de restrição fiscal e as circunstâncias de calamidade sanitária abrem espaço para que "a discussão acerca da exigência constitucional do concurso público deve ser sopesada à luz da conjuntura, reclamando ponderações acerca da adoção de medidas cujo impacto possam se apresentar menos gravosos ao Estado".

Na parte dispositiva o acórdão declara a perda do objeto em face da anulação do edital, mas consigna que o Ipasgo, verificada a necessidade extrema e urgente de prestadores de serviços de auditoria médica, odontológica e demais áreas da saúde, poderá, temporária e excepcionalmente, realizar a terceirização;

recomenda ao gestor a análise da real adequação do órgão à natureza de autarquia, dadas as características de sua finalidade e da origem de sua receita; e determina uma serie de ajustes caso o Instituto venha a publicar novo edital.

Texto: Antônio Gomes

Diretoria de Comunicação

Tel: (62) 3228-2697 / 3228-2699 / 3228-2899

E-mail: imprensa@**tce**.go.gov.br

Publicado em 19/04/2021

Site: https://goiasemcena.com.br/ipasgo-podera-optar-por-terceirizacao-temporaria-durante-a-crise-sanitaria-e-economica/

"Políticos do bem e de bem devem defender a manutenção do TCM", diz Vilmar Rocha

O presidente estadual PSD, o ex-deputado federal Vilmar Rocha, disse ao Jornal Opção que o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) de **Goiás** é uma referência nacional, "tanto em termos de eficiência quanto de decência".

Há tribunais que são eminentemente "punitivos". "O de **Goiás** não é assim. O TCM goiano tem uma ação colaborativa com os gestores municipais no sentido de constituir uma administração pública que seja, a um só tempo, eficiente e legítima. Prefeitos que querem escapar de serem levados às barras da Justiça seguem à risca o que sugere o TCM."

"Com alta qualidade técnica, o TCM de **Goiás** é enxuto e não é um cabide de empregos. Seu quadro técnico é concursado, tem experiência e é qualificado. Observe-se que o órgão chega a oferecer cursos de capacitação profissional para servidores das prefeituras", assinala Vilmar Rocha. "Frise-se que tais cursos são, a rigor, de responsabilidade dos municípios."

"Se o TCM for extinto, a fiscalização das contas dos gestores municipais passa para o **Tribunal de Contas do Estado**. Como se sabe, a Constituição Federal exige que as contas sejam apuradas por um tribunal de contas. O tribunal tem competência para fiscalizar e julgar também as contas das câmaras municipais. Já as câmaras não podem fiscalizar sozinhas as contas dos gestores municipais", sublinha o ex-deputado.

Ainda sobre a questão da extinção, Vilmar Rocha anota que "os servidores concursados das três carreiras que compõem o TCM (procuradores do Ministério Público de Contas, auditores de controle externo e conselheiros-substitutos) seriam incorporados pelo **TCE**. Já os conselheiros [como Nilo Resende, Daniel Goulart, Joaquim de Castro, Sérgio Cardoso] não podem ser incorporados, porque a Constituição Federal reza que o número de conselheiros do **TCE** deve ser de apenas sete [só o TCU tem nove]. Os conselheiros, colocados em disponibilidade, continuarão recebendo do Erário. Como são vitalícios, não podem exonerados".

"O TCM não será extinto, todos sabemos disso. Chegou a hora de não aceitar a apologia da extinção com a finalidade de pressionar para que o **conselheiro** 'x' ou 'y' se aposente. Quem pressiona fica menor, mas o pressionado mantém sua grandeza. O presidente do TCM, Joaquim de Castro, foi prefeito duas vezes, deputado estadual e presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), portanto conhece como poucos, na teoria e na prática, o que acontece nas prefeituras de **Goiás**. Trata-se de um técnico experiente, e como experiência política ampla. O TCM é austero, não se fala de escândalos no seu interior. Portanto, é hora de os políticos do bem e de bem se unirem para mantê-lo", postula Vilmar Rocha.

"Como casa da legalidade, o TCM é crucial para a regularidade das contas públicas das prefeituras de **Goiás**. Não há um prefeito que não saiba de suas qualidades. Por isso quem tem um mínimo de grandeza deve defendê-lo", pontua Vilmar Rocha. "Parece que é uma sina do Brasil agir contra o que está dando certo. A vanguarda do atraso é sempre ativa contra a excelência."

Site: https://www.jornalopcao.com.br/bastidores/politicos-do-bem-e-de-bem-devem-defender-a-manutencao-do-tcm-diz-vilmar-rocha-323941/

TCE-GO cria ferramenta que dá transparência a distribuição e aplicação de vacinas contra Covid-19

Em mais uma ação de transparência, o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) disponibilizou nesta quinta-feira (15/04) um painel próprio que permitirá que qualquer cidadão acompanhe informações atualizadas sobre a distribuição e aplicação das vacinas contra a Covid-19.

Trata-se de uma apresentação amigável desenvolvida pela Secretaria de Controle Externo do **TCE**-GO, por meio do Serviço de Informações Estratégicas, reunindo as informações produzidas pelo Ministério da Saúde quanto à aplicação das doses, e ainda dados detalhados sobre a distribuição e entrega promovidas pela Secretaria de Estado da Saúde de **Goiás** (SES-GO). A ferramenta permite filtrar e exportar as informações de cada município.

O painel conta ainda com um mapa interativo que permite avaliar o percentual da população vacinada em cada município do Estado de **Goiás**. O objetivo do Tribunal é estimular e contribuir para que o cidadão possa acompanhar de perto as informações.

O trabalho integra uma série de ações relacionadas ao acompanhamento da campanha de vacinação contra Covid-19 por parte do **TCE**-GO.

Fonte: Diário de GO

Site: http://www.portalcatalao.com.br/portal/noticias/goias/tcego-cria-ferramenta-que-da-transparencia-a-distribuicao-e-aplicacao-de-vacinas-contra-covid19,MjQ0MTU.html